

ENTREVISTA

MANDAR OBEDECENDO: A OUTRA FORMA DE PODER

Rodrigo Montoya conheceu o mar com dezesseis anos. Depois disso, muitas águas rolaram. Nascido em Puquio, nos Andes peruanos, formou-se em Antropologia em Lima, fez doutorado em Ciências Sociais na Sorbonne (França), tornou-se professor emérito da mais antiga universidade latino-americana, a Universidade Nacional Mayor de San Marcos (Lima) e foi professor-visitante de inúmeras Universidades, entre as quais a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Recentemente, passou algumas semanas em três caracóis zapatistas, experiência que é, junto com uma análise dos movimentos indígenas na América Latina, tema dessa entrevista realizada por Iraneidson Costa em Lima, em janeiro de 2006.

AS ORIGENS DO ZAPATISMO

CEAS: É inegável o crescimento dos movimentos indígenas latino-americanos nas últimas décadas, sobretudo a partir da irrupção do movimento zapatista no México. Fale-nos um pouco desse processo...

Rodrigo Montoya: Começarei por precisar até que ponto o zapatismo é ou não um movimento indígena. E depois o que constitui nesse momento particular o zapatismo. No México existem, atualmente, mais ou menos 65 grupos étnicos reconhecidos. E em Chiapas, no território zapatista, que consiste na Selva Lacandona e na Alta Sierra de Chiapas, Sierra Selva e uma espécie de Selva Alta, um pouco fria e chuvosa. Nesta zona há três pisos ecológicos claramente distintos e aí estão instalados em particular três grupos indígenas: os mais conhecidos da história são os Tzotzil, que são parte dos maias, território maia em unidade histórica com Guatemala. Com isso há razão suficiente para situar os zapatistas como um grupo político que trabalha numa pequena zona indígena do México, que não compromete a todo o mundo indígena mexicano. Esse é um ponto.

O segundo é que o zapatismo apresenta uma composição social e política variada: de um lado, uma direção indígena; de outro, uma direção formalmente não-indígena. Em 1983, chegou, oriundo da capital mexicana, um grupo de marxistas-leninistas interessado em instalar-se na zona de Chiapas, na Selva Lacandona, pensando que podiam fazer uma guerrilha clássica, como as que haviam ocorrido antes na Guatemala, no México, na Colômbia, no Peru, no Equador... Mas esse grupo, composto originalmente de sete pessoas, terminou reduzido a uma apenas, o subcomandante Marcos. Ele permaneceu na região, aprendeu a língua indígena, melhor, as variantes de línguas indígenas que havia nesta zona, e achava que o que havia chegado de marxismo, leninismo e cultura política não servia aos indígenas. E que a primeira coisa que tinha que fazer era entender esse ponto através de sua língua e de sua cultura.

Nesse processo, que inicia em 1983 e vai até 1994, são onze anos de preparação e formação, uma escola em que houve uma dupla aprendizagem. De um lado, Marcos que se converte num indígena e, de outro, os indígenas que acompanham um homem valioso que vem de fora, se identifica com eles, vive com eles e renuncia a tudo que havia possuído no México. O zapatismo é fruto do encontro de um homem que vem da esquerda, e sobrevive a um grupo, e um grupo de indígenas que acreditam nele, que abrem os braços com muito carinho e lhe dizem: *“Este mundo também é teu!”*. É um exemplo para pensar politicamente o futuro, o encontro da história mexicana neste grande personagem que é Zapata, um dirigente camponês muito inconformado e valente que teve uma participação importante da Revolução Mexicana de 1911.

Este zapatismo passou por uma significativa evolução política até chegar a 1º de janeiro de 1994, quando o governo mexicano firmou com o norte-americano o Acordo de Livre Comércio (NAFTA) e quando também ocorreu a rebelião, seguida de ocupação, em San Cristóbal de Las Casas, capital do Estado de Chiapas. E apareceu o movimento como uma surpresa extraordinária, não apenas por surgirem mascarados, mas pela proposta de dizer: *“Não queremos o poder!”*. Uma guerrilha, única no mundo, que não queria o poder! Já que todos os movimentos guerrilheiros anteriores, na América Latina e no mundo inteiro, surgiram exatamente para lutar pelo poder. E esse subcomandante Marcos evoluiu politicamente até produzir uma utopia do que seria a “outra forma de poder”...

CEAS: Antes de entrarmos na essência desta nova forma de poder, como estava essa composição social ao interior do zapatismo?

Rodrigo Montoya: O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se constituiu em 1983 e, ao longo desses anos, havia formado uma direção indígena, com homens e mulheres, a quem correspondia os cargos de comandantes e comandantas. E Marcos assumiu o papel de subcomandante. A idéia do primado do povo sobre o dirigente começa aí: a pessoa mais ilustrada não é a que tomava as decisões, senão a que implementava as decisões tomadas pelos dirigentes indígenas, homens e mulheres. O subcomandante é seu porta-voz. E, por isso, o zapatismo tem esse componente indígena sem dúvida forte e importante, mas, como disse antes, com um homem que vem de fora, se torna “de dentro”, converte-se em mais um indígena, porque aprende a língua, vive com as pessoas, não perde seus grandes sonhos e se submete à direção do coletivo indígena.

A proposta consistiu em desafiar o governo, abrindo uma guerra militar em termos clássicos. E se produz uma novidade política na América Latina, que foi a reação, no México, nas classes médias, nos intelectuais, nos estudantes, que encontraram um movimento indígena novo, original, um movimento político que tinha uma figura extraordinária – ninguém sabia quem era o subcomandante Marcos –, e que dizia: *“Nós não queremos tomar o poder. Nós queremos mudar o mundo! Mas, para transformar o mundo, não necessitamos tomar o poder”*. Essa era uma tese que contradizia absolutamente todo o saber político dessa época, porque toda a tradição política ocidental está construída sob o

princípio do poder. E que, sem tomar o poder, não se muda o mundo. Então, os zapatistas anunciam que querem uma sociedade diferente sem a tomada de poder. Isso deixa a todos perplexos, já que ninguém entende o seu significado... Mas os jovens percebem: *“Aí tem algo novo! Este homem está dizendo algo extraordinário, que não compreendemos bem, mas que parece ser muito importante”*.

Durante o caminho, por razões pedagógicas, o subcomandante Marcos inventa um personagem que se chama *Durito*, um caracol, um animalzinho que fala, observa e comenta de maneira crítica o que dizem os homens e as mulheres. Numa série de contos, difundidos por todo o país, Durito fala do poder, identifica-o com uma cadeira e diz que todo mundo luta por sentar-se na cadeira, só que ninguém discute a natureza da cadeira, suas características, desejando simplesmente ocupá-la. Dessa forma, as pessoas nos dividimos entre os que queremos sentar na cadeira e os que não queremos que aqueles que estão sentados na cadeira continuem aí. Ou seja, tudo gira em torno de que alguém se sente neste lugar. E Durito afirma: essa cadeira não faz nenhum sentido, há que cortar seus pés, ir limando-os, como se fossem unhas, até que desapareçam. Uma vez que desapareça a cadeira, haverá desaparecido o sonho e a ilusão de poder.

Portanto, “mudar o mundo sem tomar o poder” quer dizer romper com o existente e construir outras relações sociais que possam transformar efetivamente a política e alterar completamente nossa maneira de entender o poder. A partir daí há uma utopia total, que é lida e entendida pela juventude do México, da América Latina e da Europa, e o subcomandante Marcos entra na história como uma continuidade de Che Guevara, como um homem que combina a literatura e a política, que não escreve de política nos termos leninistas clássicos, é bastante pedagogo e muito metafórico, numa linguagem que toma dos camponeses e da cor da terra. Os camponeses têm a voz da terra e a cor da terra e, na construção de outra sociedade, os homens devemos parecer-nos à terra e ter suas cores. E não expressar-nos de uma forma difícil e complicada, senão em virtude deste arco-íris de cores da terra e das vozes dos homens da terra.

CEAS: No dia 1º de janeiro de 1994 os zapatistas tomaram efetivamente o poder em algumas cidades de Chiapas. Ou seja, tiraram o poder das mãos do Estado mexicano. Como isso se compatibiliza com essa idéia de não tomar o poder?

Rodrigo Montoya: Não tomaram o poder, não tomaram decisões. A revolução militar zapatista durou onze dias, nada mais. Eles se apresentaram com as armas, neutralizaram as autoridades municipais em San Cristóbal e nas cidades principais de Chiapas, e disseram: *“Aqui estamos nós!”*. O passo seguinte era esperar a reação do governo, que foi imediata. E se produziram as primeiras mortes, que desencadearam, por sua vez, uma grande reação na classe política mexicana e na juventude, gerando diversas manifestações políticas na capital do México para pedir que o governo não reprimisse aos indígenas sublevados e negociasse com eles. E isso era exatamente o que

pediam os zapatistas: negociar com o governo. Porque sabiam que não estavam em condições de enfrentar um exército gigantesco como o mexicano. Creio que neste momento o governo mexicano cometeu seu primeiro grande erro. O que todos os demais governos latino-americanos fizeram diante de uma guerrilha foi reprimi-la e tratar de exterminá-la nos primeiros meses, o que ocorreu no Peru, no Brasil, na Colômbia, na Argentina, em todas as partes. No entanto, no caso mexicano, como a pressão política era tão grande para não matá-los, para não feri-los, não fazer-lhes nada, e negociar com eles, o governo se viu isolado frente aos zapatistas. Os zapatistas sempre disseram que queriam negociar e ao governo não restou outra saída que entrar num processo de negociações, que culminou dois anos depois com os Acordos de San Andrés, mediante o qual o governo mexicano aceitava formalmente condições importantes postas pelos zapatistas acerca do peso do povo indígena no México, da participação dos indígenas nas decisões que deviam ser tomadas e das grandes opções em favor destes povos. Todavia, o governo mexicano assinou os Acordos mas não os cumpriu, porque isso significava que outro poder surgisse dentro do Estado mexicano.

O tempo que o governo mexicano demorou em desistir do seu acordo com os zapatistas foi o tempo que tomaram estes para organizar uma forma de viver que pode ser chamada de “outro poder, outra sociedade”. Neste momento, os zapatistas receberam apoio da cooperação internacional. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) e as agências financeiras do mundo chegaram a Chiapas, garantindo sua ajuda: *“Se o governo não lhes dá saúde, aqui está a cooperação internacional para construir um hospital, uma clínica, dez ambulâncias, trinta médicos solidários, Médicos Sem Fronteiras etc.”*. Isso aconteceu com a saúde, a educação, a informação cidadã, o abastecimento de água e o saneamento, com a cooperação internacional colocando-se no lugar do Estado, em associação direta com o zapatismo, que, dessa maneira, conseguiu ocupar um espaço de sobrevivência política bastante fluida, pelo menos até agora.

Nos *caracóis*, a cooperação internacional continua presente, e aí aparece o que eles chamam “as sociedades civis”, que são as pessoas cooperantes dos países europeus, da América Latina ou dos Estados Unidos, que chegam com recursos para apoiar os zapatistas.

CEAS: Então, sem a cooperação internacional esta revolução não teria sido possível?

Rodrigo Montoya: A cooperação internacional substituiu o Estado, ocupou o lugar do governo, permitindo que os zapatistas contassem com o apoio necessário. Mas isso revela uma grande habilidade política, de ambas as partes, com a diferença enorme que, no caso do zapatismo, não ocorre a burocracia típica das ONGs. Por exemplo, em Lima, existe uma grande burocracia das ONGs, com seu chefe, seus empregados, sua casa alugada, sua pick-up 4X4, seus seguranças, todo um aparato burocrático que a sustenta. Em Chiapas, ao contrário, não há nenhum aparato. A ajuda é direta e não existe salário. Como consequência disso, primeiramente, não se dispersa recursos com gastos burocráticos e, em segundo lugar, evita-se o problema da

corrupção derivada dos altos salários e dos desvios internos às ONGs. Os zapatistas são pessoas que dedicam seu tempo à revolução sem cobrar um centavo. E vêm mantendo isso com uma espécie de mística extraordinária. As pessoas que dirigem os caracóis não recebem qualquer remuneração nem trabalham para nenhuma ONG, não comem de nenhuma agência de solidariedade internacional, senão dos recursos próprios da família.

CEAS: Quantas pessoas estão consideradas vivendo neste regime zapatista?

Rodrigo Montoya: Nem todos os habitantes de Chiapas são zapatistas, de maneira que, na zona zapatista há pessoas que não são zapatistas, pertencendo, por exemplo, ao PRI, o velho Partido da Revolução Institucional, ao PAN, o Partido da Revolução Nacional, a direita, a reação, e ao PRD, o Partido Revolucionário Democrático. Então, é possível que o zapatismo comprometa a um conjunto de mais ou menos cem mil pessoas, pois não há estatísticas precisas que dêem conta disso. Mas eu recordo que o México é um país com cem milhões de habitantes, sem contar com os dez milhões de mexicanos que vivem nos Estados Unidos, dos quais pelo menos dez mil são chiapanecos. E se tem informação de decisões tomadas pelos zapatistas para enviar migrantes zapatistas chiapanecos aos EUA...

CEAS: Com que finalidade?

Rodrigo Montoya: Como forma de resolver o problema do desemprego, de articular um movimento político dos migrantes chiapanecos e como um modo de conseguir recursos e apoio, por meio das remessas. Calcula-se em quinze bilhões de dólares o dinheiro enviado pelos mexicanos residentes nos EUA. E, do mesmo modo que nos Andes e na Costa peruana, o que possibilita que os pais melhorem suas casas e vão resolvendo seus problemas é o dinheiro remetido pelos filhos chiapanecos emigrados, a partir da informalidade, sem ter documentos nem nada.

NOS CARACÓIS

CEAS: Você passou um tempo em vários caracóis zapatistas. Como se estrutura concretamente esta organização?

Rodrigo Montoya: O *caracol* é uma base política zapatista montada em 2003 no território por eles controlado, quando chegaram à conclusão que necessitavam de uma instância administrativa autônoma e própria, e que tinham condições de fazê-lo. Num pequeno povoado de duzentas ou trezentas pessoas, em território selvático, levantaram uma base zapatista, com uma estrutura mínima, ao redor de uma pequena praça, onde há um local para a Junta de Bom Governo, outro para a Junta de Vigilância e um terceiro para a Comissão de Informação. Estes três núcleos se agrupam num só bloco, e próximo daí há uma loja com cooperativa, restaurante e Internet, sob o encargo de quatro a oito Promotores zapatistas, que poderíamos identificar como os militantes zapatistas que não são de Chiapas, mas vêm da Cidade do México ou das outras cidades do país. Então, esses oito Promotores se ocupam destes diversos serviços, atendendo nas diversas lojinhas que

comercializam os CDs de música, os vídeos, as peças de cerâmica, os artesanatos têxteis, enfim, toda a produção interna dos zapatistas. E também são eles os responsáveis em colocar o café nas cooperativas zapatistas produtoras de café, sobretudo para o mercado internacional, com preço especial e uma rede, sobretudo européia, que lhes permite obter um lucro bem maior do que no mercado local mexicano.

Ainda no *caracol* se encontram os habitantes do pequeno povoado, que nunca foram zapatistas antes, que agora são mas não se sabe se serão depois, e que vivem aí, com suas terras, seu gado, alguns são sapateiros, outros ceramistas, outros mais consertam bicicletas, enfim, têm suas pequenas oficinas. E é neste território que se forma o *caracol*, cujo princípio é a espiral. Qualquer pessoa que chegue ao *caracol* será imediatamente encaminhada à Comissão de Informação para que apresente seu caso pessoal: “*Quem é você, de onde vem, que traz, que busca, que deseja, quanto tempo vai ficar aqui?*”. Essa Comissão toma nota e passa a informação à Junta de Bom Governo, que decide se recebe ou não essa pessoa. E aqui vem o aspecto central, porque a Junta de Bom Governo é uma *teatralização da representação do poder*. Quando cheguei ao primeiro *caracol*, passei pelo círculo de informação, a primeira espiral, e depois fui à Junta, onde eu parecia o acusado diante de uma mesa grande, larga, de doze cadeiras, onde se encontravam os doze (eram dez neste momento...) companheiros e companheiras da Junta de Bom Governo.

CEAS: Todos indígenas?

Rodrigo Montoya: A grande maioria. Quer dizer, no primeiro *caracol*, todos. No terceiro, não. No primeiro *caracol*, estavam todos com seus rostos expostos, conversando, muito poucos, silenciosos: “*Quem é você, que quer?*”. E eu me apresentava como um professor universitário peruano, preocupado com os movimentos políticos indígenas nos Andes, que tinha ido ao México especialmente para conversar com os comandantes e comandantas que fosse possível conversar, e, dentro das relações de reciprocidade, levava informações de primeira mão sobre o que ocorria no Equador, no Peru e na Bolívia, suas semelhanças, suas diferenças. Que contaria o que sabia a eles, responderia as perguntas dentro de minhas possibilidades, e, em contrapartida, eles me informariam como estava o zapatismo, experiência que me serviria para escrever um texto sobre o México e o zapatismo em comparação com os outros casos latino-americanos.

Eles ficaram interessadíssimos: no primeiro *caracol*, falei como que cinco horas, expondo, respondendo suas perguntas. Interessadíssimos, porém muito pouco dispostos em devolver a informação... Ou seja, eu propus uma relação de igualdade com eles mas não recebi o mesmo, e lhes disse: “*Vocês não têm a generosidades do princípio andino de dar e receber, receber comprometendo-se a devolver. Vocês me recebem, eu lhes conto tudo o que posso mas na hora que eu quero perguntar-lhes vocês não me respondem*”. O princípio é o mesmo. E para dar-se há que brigar, porque estão acostumados a receber...

A POBREZA

CEAS: As ONGs têm atuado de maneira distinta nas áreas zapatistas daquelas que não são?

Rodrigo Montoya: Creio que a cooperação internacional cobre o espaço deixado pelo Estado com, diria, suficiência, mas isto exige uma explicação prévia: os zapatistas estão em regiões muito pobres, de maneira que estamos falando de apoios da cooperação internacional para que um médico possa atender a um doente, para que haja remédio, para que haja uma política de saneamento de água, não para resolver o problema de esgoto, mas para instalar banheiros, dar os primeiros passos de uma engenharia sanitária. E já adianto que lhes fiz perguntas que você me faria também: se no *caracol* há um serviço de Internet, permitindo que qualquer pessoa que chegue, pague uma taxa mínima e se comunique com o mundo, quem paga a luz? Porque não há Internet onde não há eletricidade nem telefonia. “*Quem põe esses serviços?*”. “*O Estado*”. “*E vocês pagam a luz?*”. “*Não pagamos*”. Simplesmente não pagam a luz e o telefone, mas cobram o serviço de Internet... Sem dúvida, o Estado mexicano não está de todo ausente. Não intervém, mas está dando um par de serviços básicos: a luz e a linha telefônica. Água, não, porque não existe um sistema de abastecimento. A água tem que ser trazida dos rios. Vive-se uma situação de grande pobreza. Já os serviços de saúde, como já disse, são supridos pela cooperação internacional.

CEAS: Melhores do que os do Estado em outras partes?

Rodrigo Montoya: Provavelmente, mas não tenho termos de comparação suficiente para garantir. Creio que sim somente porque o grau de dedicação dos Médicos Sem Fronteira, que não estão agora mas estiveram por um bom tempo, é muito mais alto que o oferecido pelos médicos comuns nos serviços públicos. Não é a mesma a consciência política de um médico italiano que vai servir aos zapatistas por dois anos daquela de um médico mexicano do serviço público, que está lá por obrigação, por não ter conseguido emprego em outra parte, e terminou na zona zapatista, a mais distante e mais pobre do país. A pobreza é um elemento fundamental para compreender esse contexto.

Tenho algumas provas etnográficas do que é essa pobreza. Para chegar aos *caracóis* é preciso usar o transporte rodoviário normal: para as demais cidades, as pessoas vão sentadas comodamente em ônibus e kombis, mas para a zona zapatista o que há é um pequeno caminhão, onde vão cinquenta pessoas. Estive num caminhão destes entre a cidade principal e o ponto de entrada da Selva Lacandona, numa viagem de sete horas, depois de tê-lo esperado por três horas, das nove da manhã até o meio-dia, debaixo de chuva, em condições duríssimas. Uma vez no caminhão, não podia sentar, tinha que ir em pé, parado. Aí estavam as pessoas pobres: senhoras com seus filhos, alguns casais. A pobreza se revela ao longo do caminho, neste serviço lamentável. No percurso não existe um restaurante no qual as pessoas possam parar para

comer, simplesmente porque as pessoas não têm dinheiro para pagar. Tudo o que têm são suas *tortas*, a tortilha seca, feita de farinha de milho fresca, recém-preparada e fervida. A *torta* consiste nessa tortilha de milho frita, para que dure três dias, quatro dias, uma semana, dez dias... Então, as pessoas levam suas tortilhas na viagem. E o líquido que tomam é a água da farinha do milho, nada mais...

Por sua vez, o restaurante do *caracol* é concebido como um lugar austero no qual os visitantes do mundo exterior vejam que os zapatistas vivem numa zona pobre. Mas esse é um grau de pobreza infinitamente menor do que aquele com que se depara no povoado pobre. Porque, no restaurante, por um dólar e meio, você consegue ovos com arroz e feijão. No dia seguinte, ovos com feijão e arroz. E, no outro, feijão com arroz e ovos. Esse é o cardápio, mas é um supercardápio, se comparado com a tortilha e a água de farinha que a família come o dia inteiro. E se vê a desnutrição, os rostos de fome, de tristeza, e as cenas clássicas do machismo, que não foram resolvidas pelo zapatismo nem por nenhuma outra força política, porque isso é história, e não se resolve em seis meses nem em dois anos. Num certo momento estava sentado em cima de uma roda do caminhão, e como havia cerca de cinquenta pessoas, a única coisa que podia reparar era os pés. E que observei? Um senhor, com seus sapatos bonitos, quase botas. Ao lado, sua senhora e suas crianças descalças, enquanto o pai trazia umas botas enormes... Quando parou o caminhão, cessou a chuva, pude ver a quem correspondia os pés e os sapatos. E vi que os sapatos correspondiam a este senhor, que ademais tinha um relógio e usava uma camisa muito boa, ou seja, estava muito bem vestido porque ia ao povoado comprar coisas. Ao lado, sua mulher, descalça, mal vestida, com duas crianças, dando de mamar a um e a água de tortilha a outro. Enfim, a zona zapatista é uma das mais pobres entre as mais pobres do México.

UMA OUTRA FORMA DE PODER

CEAS: Estamos falando de doze anos já de experiência zapatista. E a pobreza continua. Como se explica que este povo, que ao longo deste tempo não mudou tanto, não se rebelou contra os zapatistas, como é usual ocorrer?

Rodrigo Montoya: Não houve um desejo de mudança contra os zapatistas. Eles vêm demonstrando durante esse tempo uma coerência ética e um acompanhamento da pobreza impressionantes. Mas se tivessem recursos e vivessem em condições melhores, a divisão apareceria. Eu perguntei, e não apenas isso, vi e observei atentamente o que comiam os membros da Junta de Bom Governo. Isso porque a experiência que temos do mundo nos ensina que os dirigentes estão sempre acima. A Junta de Bom Governo é formada por dez ou doze pessoas nomeadas pelo EZLN para cumprir uma missão política zapatista num *caracol* por dez dias, nada mais. A mesma pessoa pode cumprir este encargo de ser membro de uma Junta de Bom Governo em três ou quatro *caracóis* ao longo de um ano. Pode, portanto, desempenhar quarenta dias de serviço patriótico, em quatro *caracóis* diferentes, pelos quais (1) não receberão salário e (2) não terão dieta específica, particular. Sua família lhe fornecerá as tortas para o caminho, calculando a quantidade necessária para o café, o almoço e o jantar dos dez dias seguintes, além do dia de ida e o de volta, num

total de doze dias. Nestes doze dias está é sua porção de tortas. À população local do povoado zapatista caberá providenciar para esta Junta o complemento da tortilha, que representa 80% da dieta.

Assim, entre os zapatistas que exercem o poder, que fazem sua representação, e as pessoas comuns, não há diferença. Este é um recurso ético fantástico. De que lhes vão acusar? E a ética está colocada de maneira muito clara: dez dias e nada mais. Estão proibidos de receber dinheiro de qualquer espécie. Trata-se somente de decisões políticas. É certo que não suportariam uma coisa assim se tivessem que estar por cinco meses, daí porque estou seguro que os quarenta dias anuais foram pensados muito bem, distribuindo-os ao longo do ano, de maneira que nunca fossem consecutivos, sempre alternados. De fato, um esforço de dez dias é rapidamente compensado, ao contrário do exercício permanente de poder...

CEAS: Sim, estas Juntas são transitórias, mas o Exército é permanente...

Rodrigo Montoya: O Exército é profissional e não te permite saber quem são, onde estão, quantos são, o que comem, o que não comem... Mas temos informações indiretas: há, por exemplo, uma carta escrita pelo subcomandante Marcos a seus futuros sogros. Permitam-me um pequeno parêntese: em 1996 ou 1997, o jornal **La Jornada** enviou à zona de Chiapas uma repórter, Glória Muñoz, que teve um amor à primeira vista com o subcomandante Marcos e tomou a decisão de ficar aí e acompanhar o processo dos zapatistas. Tempos depois, o subcomandante Marcos escreveu uma carta aos sogros dizendo: *“Bom, lamento muitíssimo, mas a senhora resolveu ficar aqui. É sua decisão. Quero advertir a vocês que não é verdade que os zapatistas temos luxos e grandes privilégios e, portanto, vocês não devem acreditar que sua filha veio para cá para viver com privilégios. Informo-lhes, queridos senhores, que Glória come aqui o mesmo que os zapatistas: temos feijão pela manhã e pela tarde. E, se pudéssemos, teríamos também pela noite. Mas só temos feijões. E o que o povo come é tortilhas com um pouco de feijão. Nós temos o privilégio de comer feijão todos os dias. De carne, não falemos, e de outras coisas é melhor nem recordar...”*.

Aí está um documento etnográfico valiosíssimo que vai contando o que é a vida cotidiana das pessoas. Na medida em que não gozam de privilégios, que não participam de redes de ONGs, que não recebem nem administram recursos, são pessoas isentas de corrupção. No dia em que eles administrem uma ONG, aí mudaria tudo...

CEAS: Qual o papel do EZLN, um Exército que não luta?

Rodrigo Montoya: É um Exército que não luta, que tinha apenas onze dias, mantinha o Exército mexicano bloqueado a sua frente. Porque dispõe de uma energia política que é difícil de entender. Que significa essa energia política?: *“Representamos os povos mais pobres do México, estamos organizados, não gozamos de privilégios, compartilamos a vida com eles, eles nos querem, nós queremos eles, eles nos defendem, nós defendemos eles, constituímos um bloco, uma unidade, venham amanhã, matem-nos a todos! Intenitem-no, nos vão matar a todos!”*. Do outro lado, o Exército mexicano, que diz: *“A estes,*

melhor não nos metermos com eles!”. E, logo depois, uma enorme pressão política, do México e do mundo inteiro, que lhes advertia: *“Esses mexicanos zapatistas são uma maravilha! Não toquem neles! Não lhes façam nada!”*. Nestas condições, então, se dá um equilíbrio aparentemente precário, mas consistente, pois já dura anos.

CEAS: Há uma consigna zapatista muito interessante que fala de “mandar obedecendo”. Explique como se dá isso?

Rodrigo Montoya: A idéia de não tomar o poder, de mudar o mundo, se expressa em *“mandar obedecendo”*. De novo, a imagem da cadeira. É preciso romper e eliminar a cadeira, desinteressando-se pelo poder. Assim, a consigna de *“mandar obedecendo”* tem duas partes: uma provocação brutal, por um lado, e uma contradição com o espírito ocidental de poder, por outro. Depois da Revolução Francesa, a constituição de um sistema democrático como sistema político está construída sobre a base da ocupação do poder por métodos populares, no qual a representação do poder e da soberania do povo se faz através de seus representantes. *“Mandar obedecendo”* contradiz, pois, a prática que governa o nosso mundo, que é militar. Somos mais militarizados do que pensamos. A idéia é que quem manda é obedecido. Isso de *“mandar obedecendo”* não pode ser: se eu mando, mando. Os zapatistas dizem que *“mandar obedecendo”* significa que quem dá as ordens para mandar são os comandantes e comandantas dos povos indígenas de Chiapas. Eles dizem *“Faça isto!”* e nós os obedecemos e cumprimos sua palavra.

CEAS: Mas não seria a mesma voz militar?

Rodrigo Montoya: Pode ser que sim, pode ser que não, porque há uma estrutura militar no zapatismo e esta é uma interrogação que fica para depois. A diferença é que o EZLN não se beneficia de nenhum privilégio, não está em nenhuma estrutura de poder, não tem salário, não recebe 10% pela venda de armas ou pela comercialização dos uniformes dos soldados e toda a corrupção generalizada. Essa é uma diferença imensa. O EZLN consiste num conjunto de pessoas que simplesmente têm o controle de uma pequena região e exercem o poder de baixo.

CEAS: Quem faz parte do Exército, como se recruta alguém para ser soldado?

Rodrigo Montoya: Existe um serviço de classificação e qualificação para ver quem vai ao EZLN e quem permanece como militante do zapatismo. E conto uma história: no primeiro *caracol* em que estive os dez membros da Junta de Bom Governo estavam todos com seus rostos descobertos. No terceiro, em Oventic estavam todos com suas *passamontanas*. E, à diferença dos dois primeiros *caracóis*, em que os homens falavam muito pouco, a companheira mulher quase nada, dizendo o mínimo para não comprometer-se, neste terceiro *caracol* o chefe, o porta-voz da Junta, falava muito bem, opinando com absoluta tranquilidade e liberdade. E era um homem que não teria trinta anos. No segundo *caracol*, em que também as pessoas estavam com seus rostos ocultos, diziam: *“Você não pode saber com quem está falando, não podemos dizer quem somos, como nos chamamos, de onde viemos, nós cumprimos uma*

função que nos foi encarregada pelo EZLN". Por isso, você pode estar em algum momento conversando com um comandante. Daí porque deduzo que aquele representante da Junta de Bom Governo de Oventic, do terceiro *caracol*, era um comandante zapatista, por sua segurança e critério para falar. E, de fato, se há um comandante nesta Junta, naquele momento, é preciso que todos usem a *passamontana*, para que ele não seja identificado.

CEAS: Como o EZLN compra suas armas?

Rodrigo Montoya: É um Exército que possui pouquíssimas armas, aquelas que obtiveram do próprio Exército mexicano. Não estão envolvidos com o contrabando de armas ou com o narcotráfico. Aliás, nas duas semanas que estive com eles, não vi sequer um dos poucos fuzis que possuem. Essa é uma das maravilhas do zapatismo: um poder político, sério, forte e real que sustenta um poder armado minúsculo, frente a um exército imenso.

CEAS: Você contrapõe essa lógica de "mandar obedecendo" à lógica de poder da cultura ocidental. Ela emerge atualmente dos povos indígenas ou é uma outra concepção?

Rodrigo Montoya: A pergunta é: de onde nasce o *"mandar obedecendo"*? Ora, os marxistas, os leninistas, os trotskistas, os stalinistas e os demais "istas" do mundo têm sido, são e serão absolutamente incapazes de imaginar um sistema político como esse. Porque são a organização perfeita do controle: *"Eu represento o povo, o povo me dá o poder e eu ajo em nome do povo... e faço o que quero!"*. Esse é o stalinismo levado ao extremo. O partido representa a sociedade, o comitê central representa o partido, o comitê executivo representa o comitê central e o secretário-geral representa o comitê executivo; portanto, Stalin é a voz do povo, a voz do partido, a voz do comitê central e a voz do comitê executivo nacional, assumindo a representação de todos. E, em nome dessa representação, faz o que quer.

Não existe caminho de criação do *"mandar obedecendo"* pela via marxista-leninista, muito menos pela via da direita. De onde vem? Talvez de uma pequena prática de leitura do Evangelho por um grupo religioso que se instala em Chiapas, compartilhando a vida com as pessoas pobres, essa idéia de comunidade cristã de base, essa idéia do bispo de Chiapas, dom Samuel Ruiz [bispo de San Cristóbal de Las Casas entre 1959 e 1999], que fala da *"teologia índia"*. Nunca falou de Teologia da Libertação, nunca falou de marxismo nem de esquerda. E a teologia índia ensina coisas muito simples: os índios são filhos de Deus, são nossos irmãos, há que dividir a vida com eles, há que compartilhar sua sorte com eles. E *"a voz do povo é a voz de Deus"*, de maneira que aquilo que o povo decide é o que deveríamos fazer.

Entre a literatura atual para entender o zapatismo, encontrei um livro e vários artigos de uma antropóloga mexicana, Xochitl Leyva, que afirma num dos seus textos que a idéia de *"mandar obedecendo"* não é uma criação do subcomandante Marcos, que ele a tomou da prática cotidiana dos grupos eclesiais de uma parte de Chiapas, não de todo Chiapas. Há quem discorde disso, mas esse me parece o caminho mais prudente e etnograficamente mais

rico para entender Chiapas. Em todo caso, o que se pode seguramente garantir é que a noção de “*mandar obedecendo*” nasce em Chiapas no contexto de uma mobilização política dos povos mais pobres organizando-se não para tomar o poder político, não para lutar contra a classe dominante do México, nem para implantar o socialismo no país, senão simplesmente para tratar de diminuir o poder dos grandes fazendeiros locais, defendendo-se dele. E, a partir daí, essa concepção tem sido elaborada e reelaborada, até ser sistematizada na metáfora de “*mandar obedecendo*” e de Durito combatendo as cadeiras do poder. Com isso, conseguem criar uma utopia no horizonte, a partir da qual milhões de pessoas no México e no mundo inteiro reconhecem que os zapatistas possuem algo de muito especial, que deve ser apoiado e que pode ser o futuro para todos.

CEAS: A propósito das classes dominantes abastadas desses territórios ocupados, como se enfrentou a questão da propriedade privada?

Rodrigo Montoya: O zapatismo fez a reforma agrária, botou os fazendeiros para correr, expulsou os especuladores de terras e as destinou aos mais pobres, sem cometer os abusos políticos das antigas classes dominantes. E todo mundo reconhece que foram os zapatistas que ajudaram para que os grandes latifundiários desaparecessem da região. Eles diziam: “*Nós nos opomos a vocês. Vocês têm dois caminhos: ou seguem o que dizemos ou se vão!*”. E muita gente se foi, mas outros se reciclaram, preferindo perder apenas uma parte do que possuíam a perder tudo, ficando sem nada. Assim, uma parte dos zapatistas na zona de Chiapas é formada por gente que se reciclou politicamente, que se converteu, inclusive alguns antigos fazendeiros.

CEAS: Não houve contras?

Rodrigo Montoya: *Contras* armados como na Nicarágua, não, mas se conhece outras formas de paramilitares.

A OUTRA CAMPANHA ZAPATISTA

CEAS: Como tem sido a experiência de um território livre diante do governo de Vicente Fox, eleito em 2000?

Rodrigo Montoya: Isso nos remete à discussão em torno do momento inaugurado em 1º de janeiro deste ano. Depois de doze anos, o zapatismo chega a um ponto em que não pode manter a mesma situação. Não se pode estar do mesmo jeito durante muito tempo, politicamente, em nenhuma parte, e os zapatistas começaram a discutir em julho do ano passado se conviria ou não sair. A idéia era muito simples: “*Estamos em Chiapas, temos nossos caracóis, nossos territórios livres, aqui mandamos, aqui obedecemos e mandamos, aqui nos aceitam, estamos bem, mas não podemos avançar. São duas as opções: seguimos assim e vamos desaparecer ou mudamos!*”. O que significa mudar? Entrar na política ao nível do conjunto do país.

E daí vem a grande discussão e se produz a *VIª Declaração do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)*, segundo a qual chegou o momento

de olhar para o conjunto do país, reconhecendo que somos cem mil pessoas dentro de um país de cem milhões de habitantes. Essa decisão, que lhes permite sair do gueto e desafiar o sistema para fazer uma nova política, é a consequência dos passos prévios que se deram entre 1997 e 2001, quando se constatou o fracasso dos Acordos de San Andrés. A primeira corrente de opinião para sair de Chiapas apareceu, entendendo que a permanência aí resultaria em derrota. Organiza-se, então, as primeiras saídas dos zapatistas, em março de 2001, quando 23 comandantes e comandantas zapatistas percorrem num ônibus a metade dos estados do país e desembocam em 11 de março de 2001 na maior praça da América Latina, que é o Zócalo, na Cidade do México, para serem recebidos por quase meio milhão de pessoas.

Um ônibus e um exército formado por um grande conjunto de jovens, sobretudo europeus, que assumiram a tarefa de solidariedade e proteção dos comandantes: se o ônibus dos comandantes avançava, atrás lhes seguiam três ônibus e à frente lhes dava cobertura outros três ou quatro, todos repletos de juvenzinhos dispostos a morrer por eles. Com isso, o risco de que o governo ou os militares mexicanos atentassem contra Marcos e os demais comandantes ficava reduzido a zero. Na capital, instalaram-se na Escola Nacional de Antropologia e História, com dois cordões de segurança e uma simpatia extraordinária do povo mexicano com eles. O governo mexicano não quis recebê-los, propondo que “*essa delegação de indígenas mal-criados*” poderia ser recebida pela Comissão Indígena do Congresso. Os zapatistas deixaram bem claro que só sairiam dali se fossem escutados pelo Congresso inteiro, e este foi obrigado a abrir suas portas para ouvir o que se esperava ser o discurso do subcomandante Marcos. Mas ele não falou, e sim a comandanta Esther...

Quatro anos depois das grandes saídas de março de 2001, o EZLN reúne-se em julho de 2005 e produz a *VIª Declaração*, que anuncia a mudança de tática a partir de 1º de janeiro de 2006. O subcomandante Marcos passar a ser *Enlace Zero*, sairá de Chiapas sem armas e vai percorrer todos os estados do país. Com essa grande novidade, a *VIª Declaração* traz uma significativa abertura ao zapatismo, que não representa o povo mexicano, por estar em Chiapas, e, em não sendo seu representante, quer se aproximar dele, perguntar o que deseja e discutir com ele o seu futuro. Então, o *Comitê de Enlace*, formado pelos subcomandantes convertidos em *Enlaces* (no sentido de conexão, vínculo), vai ouvir o que o povo quer. Contudo, vai ouvir apenas as coisas que venham daqueles que possuam uma consciência anticapitalista. O anticapitalismo é a consigna para construir uma alternativa política no México.

Em outras palavras, as ONGs, os sindicatos, as associações, as Igrejas etc. que estejam porventura pensando em conciliação de interesses, no rosto humano do capitalismo e coisas que tais, abstenham-se. A estes os zapatistas não têm nada para dizer nem para ouvir. Os zapatistas querem falar com as pessoas e as instituições que se declarem anticapitalistas. Mas veja: não são os zapatistas que vão identificar quem são os anticapitalistas. Eles afirmam de maneira bastante explícita: “*Vocês decidem. Se querem falar conosco é porque são anticapitalistas. Não os escolhemos, vocês é que nos escolhem. E não vão fazer nada conosco que não o desejem...*”.

A idéia que subjaz é de um consenso. E para entender bem essa figura, vale lembrar que essa *VIª Declaração* se chama *A Outra Campanha*. Porque a primeira é a eleitoral, que termina em julho deste ano, com as eleições, que se supõe devem ser ganhas pelo PRD. E o zapatismo tomou o cuidado de não apoiar a nenhum grupo nem ter recomendado o voto nulo. Eles dizem: “*Esse não é o nosso problema. Estamos em outra campanha, para montar um diálogo anticapitalista para construir as bases de um outro poder*”. Como se entende isso? As portas estão abertas a várias interpretações, mas me inclino a pensar que o zapatismo está buscando a formação de uma frente política bastante ampla, que se converta numa oposição radical ao governo a ser eleito agora. E que tenha cinco anos para construir as bases de outro poder... E aí veremos se efetivamente o zapatismo se transforma num partido ou movimento político para concorrer e ganhar as eleições ou, interpretação não desdenhável, numa força política que produza uma insurreição. Porque não há senão dois caminhos, já que está descartada a luta armada, na medida em que eles admitem que pelas armas seriam derrotados e renunciam a elas. O subcomandante Marcos, que é justamente subcomandante por integrar o EZLN, neste momento se transmuta no *Enlace Zero*, sem armas...

CEAS: Mas o Exército prossegue...

Rodrigo Montoya: Sim, o EZLN fica aí atrás, abaixo: ele é que vai construir outra coisa. E supõe-se que esse *Enlace Zero* dará lugar a um equivalente ao subcomandante, que pode se chamar, para guardar os termos, *subcomandante Um da Fase Dois*, isto é, de uma etapa nova, que vai aparecer mais tarde. Esse é um desafio enorme porque nesse processo podem ocorrer muitas coisas, inclusive o assassinato do subcomandante, agora desarmado. Do que não se fala é se ele será defendido com armas por algum grupo.

Outro aspecto fundamental para o entendimento da *VIª Declaração* diz respeito a uma mudança profunda ocorrida meses depois dela, em novembro de 2005, quando uma circular informou a todos os povoados zapatistas a dissolução da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), criada em 1996 pelo EZLN e integrada por civis espalhados por todo o país, numa espécie de braço político. Pois, em 22 de outubro de 2005, os membros da FZLN e do EZLN reuniram-se num dos *caracóis* onde eu estive, e o subcomandante Marcos os enfrentou, assustou e reprovou, questionando se a Frente teria servido para algo. O que existe agora, portanto, é uma estrutura nova, para permitir o estabelecimento dos enlaces nos vários estados mexicanos. E algo muito grave: o EZLN, que prossegue sem alteração, reserva-se o direito de decidir quais pessoas da FZLN devem permanecer, solicitando de cada voluntário desejoso de aderir a essa luta anticapitalista que apresentem seus documentos pessoais, dizendo quem são, o que querem, até onde pretendem apoiar e o que são capazes de fazer pelo zapatismo, numa espécie de leitura bolchevique.

Mas o próprio Marcos escreveu uma carta na qual se defende desta acusação, dizendo: “*Cada um dá o que pode e quer. Nos hão atribuído o desejo de que todos sejam bolcheviques, que dêem ao partido todo o seu tempo, sua vida e tudo mais. Nossa posição é bem distinta: se você, companheira da FZLN, não*

terminou sua formação acadêmica, que o faça! Nós queremos contar com pessoas que ofereçam o que queiram e até onde possam fazê-lo, com a única garantia de que vão cumprir o que nos ofereceram... Ora, não podemos confiar numa pessoa que está terminando seus estudos e não os conclui!”. Ou seja, exatamente ao contrário do bolchevismo: “Não sacrifique sua vida, termine o que está fazendo, trabalhe, ajude sua família, e, depois, quando esteja tudo arrumado, aí sim podemos conversar”.

CEAS: Às vezes as comparações não ajudam, às vezes sim, mas o que se nota é que está acontecendo com o movimento zapatista justamente o contrário do que ocorre nos movimentos islâmicos, no Afeganistão, Paquistão, Egito, Síria e Arábia Saudita, entre outros, que se encaminham para a radicalização pelas armas, o incremento da luta pela tomada do poder, a direção a partir de cúpulas pequenas, os ataques terroristas... Como explicar essa distância tão grande?

Rodrigo Montoya: Pela força política e pelo reconhecimento do direito do povo dispor da vida das pessoas da forma mais sensata. No zapatismo não há terroristas no sentido de pessoas dispostas a morrer com uma bomba, e o terrorismo está descartado como método, como forma de luta política. Eles não desejam matar as pessoas e, sim, fazer uma política de convencimento, de persuasão, através da palavra. Todos os discursos do subcomandante Marcos e dos demais comandantes são poéticos, metafóricos, repletos de defesa da vida... De fato, é preciso complementar, recordando que se trata de um movimento cristão, um encontro entre uma antropologia indígena e o respeito pela vida presente no cristianismo de base.

CEAS: Continuando com a perspectiva comparativa, podemos contrapor que o sandinismo dos anos 1970 está recheado de cristianismo e nem por isso abdicou da opção pela luta armada...

Rodrigo Montoya: Creio que vale a pena abrir um breve parêntese de comparação com os sandinistas. Mas me parece importantíssimo assinalar que, no caso dos zapatistas, a influência da religião cristã de base, profundamente evangélica, sobretudo católica, é muito forte. O apoio dos bispos e de todos os militantes de base é decisivo. Contudo, eles não têm a formalidade cristã. No primeiro domingo que passei no *caracol* não havia padre, apesar de existir um serviço religioso, um encontro da Igreja e um diácono, uma espécie de rezador, que conhece a palavra de Deus e organiza uma sessão com os católicos. Aliás, a convocatória do diácono era forte e a Igreja estava lotada. E em todas as vezes que perguntei sobre a religião, todos se disseram católicos apostólicos, ainda que sem nenhuma vinculação da Igreja com o poder. Ou seja, entre esses católicos e o Arcebispo, chefe da Igreja do México, não há nenhuma comunicação, me atrevo a dizer, já que se trata de um catolicismo de base, das classes de baixo... E, da parte dos zapatistas, um respeito muito grande pelas crenças das pessoas, combinada com a vontade explícita de não intervir nesse campo. Em resumo, a frente religiosa não é uma frente de luta política nem de consciência política para afirmar-se, senão uma espécie de mundo espiritual que todo mundo tem e todo mundo respeita. Um caso único...

CEAS: Qual o papel da mulher no movimento zapatista?

Rodrigo Montoya: No caso do zapatismo combinam-se duas coisas contraditórias na mesma prática política. De um lado, uma vontade evidente de conferir às mulheres um peso político próprio. O discurso que a comandanta Esther fez no Congresso mexicano, em março de 2001, é o acontecimento mais importante do zapatismo na política nacional, e foi realizado por uma mulher. Acaba de morrer, depois de uma grave doença, uma outra grande mulher do zapatismo, a comandanta (e preciosa combatente) Ramona. Logo, há comandantas mulheres na primeira linha do zapatismo. Entretanto, dentro da mesma prática zapatista, na vida cotidiana, como me referi anteriormente, as mulheres se encontram todavia relegadas, não têm sapatos, não têm relógio e cumprem as tarefas mais difíceis. Os dois mundos juntos são possíveis, não são contraditórios. Ninguém deve supor que o zapatismo já deu um salto para permitir que todas as mulheres zapatistas estejam numa etapa liberada: trazem os dois elementos, seja a lucidez nos cargos de direção, seja as condições históricas clássicas, marcadas pela dependência e a submissão frente aos homens.

OS MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA

CEAS: Ampliando nosso foco de análise para o continente, como você analisa os demais movimentos indígenas na América Latina que têm se encaminhado para a tomada do poder, a exemplo do Equador e da Bolívia, com experiências recentes bastante diversas, portanto, desta lógica zapatista?

Rodrigo Montoya: Um passo prévio rapidíssimo é a contraposição com o sandinismo. Eu estive na Nicarágua e conheci a Revolução por dentro. Comparando as duas experiências, é possível afirmar, primeiro, que os comandantes sandinistas foram sobretudo homens (havia uma ou duas mulheres em condições muito limitadas) clássicos, machistas e marcados – pode parecer muito duro o que vou dizer, mas é necessário – pela ideologia da “inversão da torta”. A Revolução foi feita para que os que não mandavam antes, mandem agora; e para que os que mandavam anteriormente, sigam obedecendo doravante. Ou seja, não foi feita para mudar o mundo. Então, os comandantes chegaram com o grande prestígio da luta militar, vencida com o enorme sacrifício do povo nicaraguense e com muitas perdas de comandantes, subcomandantes e guerrilheiros mortos em combate, e depois se dedicaram a dividir: repartiram para eles as propriedades dos ricos. E todo mundo sabia que o comandante X havia ficado com a mansão do antigo dono das usinas, outro com a casa da antiga proprietária das cadeias comerciais, enfim, cada um possuía residências extraordinárias, não apenas para suas famílias, mas também para suas amantes, um horror!

Não havia na Revolução Sandinista uma ética do poder, não havia homens como Fidel Castro... Digo isso porque Fidel, com todos os problemas e barbaridades, não é dono de nenhuma fortuna, não possui três ou quatro casas como Alan García (ex-presidente peruano entre 1985 e 1989 e novamente candidato nas eleições presidenciais deste ano), vai morrer assim...

Nunca houve na Revolução Cubana uma desesperação pela riqueza. Considero o compartilhar com a população pobre o que havia a maior virtude da Revolução Cubana. A questão das torturas é outro plano, o da repressão política e da insegurança, que existiu e é real. Mas me refiro aqui a este grau de corrupção de uma direção política que é capaz, por dinheiro ou por luxo, de renunciar a valores fundamentais. Essa possibilidade, no zapatismo, me parece completamente afastada. Não há nada por aí, nenhuma suspeita de que o subcomandante Marcos esteja rico, que tenha ficado com algum dinheiro, porque a ética está comandando a política.

Mas quanto custou aos zapatistas elaborar uma tese de “*mandar obedecendo*”? Vinte anos, de 1983 até agora. No caso da Bolívia, Evo Morales declarou com sinceridade no seu primeiro dia que ia inaugurar um governo para “*mandar obedecendo*”. Parece que aprendeu a lição do zapatismo, reelaborou-a rapidissimamente, ainda que sejam experiências políticas muito diferentes. O dirigente de El Alto, Abel Mamani, um homem do povo, *aymara*, o grande dirigente surgido nas lutas em defesa da água, entre 2000 e 2001, é nomeado ministro da Água, justamente para se encarregar desse que vai ser o maior problema dos próximos anos. Nesse mesmo momento, declara, por um Decreto-Lei, que o presidente da República e os congressistas passarão a ganhar a metade do salário. E nomeia como ministro das Relações Exteriores a David Choquehuanca, um outro *aymara* que fala castelhano, inglês e francês, e é um doutor e grande conhecedor da cultura *aymara*. E mais quatro mulheres indígenas ministras! Mas não como figuras simbólicas e sim como pessoas que vêm de baixo, do movimento popular, e são levadas à política. Trata-se de primeiros passos muito alentadores, mas não temos como prever as contradições futuras.

Então, “*mandar obedecendo*” quer dizer que o povo ordenou a Morales que ele tem que defender a água, que o povo o elegeu para cumprir o encargo maior de que os hidrocarbonetos (gás e petróleo) sejam bolivianos, daí porque deverá vir um Decreto que diga: “*Os recursos bolivianos são do Estado boliviano*”. E que os contratos com as empresas são acordos de ações, não de propriedade. Então, em suas primeiras 24 horas, Evo Morales percorreu politicamente o que custou tanto tempo ao México elaborar, a idéia de “*mandar obedecendo*”. Só para marcar as diferenças, recordemos as primeiras 24 horas de Alejandro Toledo, eleito presidente do Peru em 2002 com um certo discurso indígena: sobe Toledo, eleva-se o salário do presidente a 18 mil dólares e é nomeado primeiro-ministro Pedro Pablo Kuczynski, um cidadão norte-americano, com passaporte dos EUA, um homem imposto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela banca e pelo governo estadunidense para garantir que o Peru continuasse seguindo a política daquele país, sem qualquer encargo do povo. A eleição de Toledo foi um mero ato simbólico para os povos indígenas peruanos e provou-se muito contrária a seus interesses.

Esse grau de coerência de Morales é suficientemente rico para concluir que a experiência política que se ganha em certos povos se reproduz em outros povos de maneira bastante rápida, e bem mais longe do que chegou, por exemplo, o Equador e a própria Venezuela, onde o movimento indígena é

muito pequeno e o simbolismo populista predomina. No Equador, sim, se avançou muito...

CEAS: No caso do Equador, Nina Pacari, uma mulher indígena quéchua, também foi nomeada ministra das Relações Exteriores [do governo de Lucio Gutiérrez], e se dizia que ela mudou sobretudo coisas secundárias, como servir chicha [bebida feita a base de milho] ao invés de vinho, receber as pessoas com trajes indígenas e não de gravata. Mas que, para enfrentar os grandes problemas do Equador na comunidade de nações, ela não tinha idéias específicas e foi um fracasso...

Rodrigo Montoya: Isso é verdade. O movimento indígena equatoriano possuía uma riquíssima experiência de afirmação étnica e uma fraquíssima experiência de governo nacional. No caso boliviano, muito pelo contrário, pois Morales vem de uma luta nacional, do conjunto da sociedade, e é nessa afirmação que se produzem as mudanças. Quando ele diz “*mandar obedecendo*” é porque sabe que o movimento *aymara* de El Alto, a cidade mais importante depois de La Paz, que derrubou os dois últimos presidentes, lhe deu noventa dias para cumprir o que prometeu...

CEAS: E o que Morales prometeu pode ser cumprido nestes três meses?

Rodrigo Montoya: Sim. São três coisas básicas: uma é que a política de hidrocarbonetos seja nacional, no sentido literal da palavra, isto é, um recurso dos bolivianos e não das empresas multinacionais, de maneira que estas participem somente da exploração do recurso, não na propriedade, o que confere ao governo boliviano direito de dispor de uma parte muitíssimo maior dos lucros do que qualquer outro governo do continente. O segundo compromisso consiste em convocar uma Assembléia Constituinte para refundar a Bolívia, no sentido preciso de favorecer a participação política dos setores marginalizados do país. E isto inclui a abertura de um espaço para Santa Cruz de la Sierra, de onde vêm dois ministros. Ou seja, não há uma política exclusivista dos Andes, e que morra Santa Cruz, que morra a Amazônia... Visa-se, pelo contrário, o conjunto do país. Nada menos do que oito dos membros do governo são indígenas, todos plenamente qualificados para os cargos para os quais foram escolhidos; quer dizer, não há improvisação. Por fim, temos o caso da água, cujo ministério foi destinado a Mamani, um homem que vem lutando nos últimos anos neste tema que é a defesa estratégica dos próximos cinquenta anos da América Latina.

E, nesse aspecto, a Bolívia leva uma grande vantagem com relação aos demais países do continente, e nos dá uma grande lição, um ministério da Água, uma arma política para defender a água, concebido a partir da defesa deste bem em duas guerras. Na primeira, uma empresa subsidiária da francesa Suez, intitulada *Inti Illimani*, nome do maior nevado boliviano, controlou e capturou a água, privatizando-a e cobrando preços elevados. A população de El Alto disse: “*Não, Illimani é um símbolo da cultura aymara, é um Apu, não queremos que esse nome seja usado. Além disso, a água é boliviana e, portanto, caiam fora!*”. E a expulsaram. Em 2002, em Cochabamba, um grande vale no qual o rio tem muito pouca água, a empresa

privada administradora começou a cobrar pela água que chegava ao rio, argumentando que todas as comunidades que se utilizavam da água do rio, acima e abaixo, deviam pagar por ela. E o povo de Cochabamba organizou o que se chamou a "guerra da água" e também a expulsaram. A partir daí a guerra da água fundamenta um ministério. A defesa dos hidrocarbonetos fundamenta uma política nacionalista, no sentido genérico: como se trata de um recurso boliviano, deve servir ao país, nada mais.

Por fim, o terceiro grande encargo do povo boliviano ao novo governo: "*Coca zero, não! Cocaína zero, sim!*". A defesa da folha da coca se fará; o ataque à cocaína será feito. O que não se fará é o ataque à folha da coca em nome do combate à cocaína. Por tudo isso, Morales goza de um respaldo político considerável. Por certo que cometerá inúmeros erros, enfrentará enormes dificuldades, mas suas primeiras 48 horas foram brilhantes. Tão brilhantes que esta pobre direita peruana, ridícula e trágica, que o chamava de infeliz, que o tratava mal por ser índio, um pobre diabo, agora morre de amores por ele, adora sua *chompa* [suéter de lã de alpaca que o presidente tem usado em diversas ocasiões]...

CEAS: Uma última pergunta. Parece que no horizonte da esquerda latino-americana se coloca uma vertente nacionalista (liderada por Chávez) e outra, que não sei se eu poderia chamar de socialista... Haveria entre elas uma coalizão ou poderiam se colocar como oponentes eventualmente?

Rodrigo Montoya: Há uma situação convergente entre Venezuela, Bolívia, Brasil e Argentina em torno dos recursos. É possível que surja na América do Sul uma política independente, autônoma e própria frente a isso. O governo venezuelano está orientando sua política para a construção de uma frente latino-americana em oposição ao neoliberalismo norte-americano. A idéia é muito simples e absolutamente justificada e correta: os bens e os recursos latino-americanos devem ser explorados pelos povos do continente e beneficiar prioritariamente a eles. A proposta, estimulada pela Venezuela, de constituição de uma grande empresa petrolífera, agrupando a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), a brasileira Petrobrás, a argentina Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), com fundos venezuelanos, uma empresa suficientemente forte diante das multinacionais, é uma idéia com a qual concordo. E não haverá uma pessoa sensata no continente que se oponha a isso... Se essa expectativa vai ser respondida afirmativamente por estes outros países, não o sabemos, mas parece haver uma tendência aberta nesse caminho. Com os excedentes de petrodólares da Venezuela há ainda a intenção de formar uma cadeia sul-americana de televisão, coisa que me parece extraordinariamente boa. Porque temos que depender da CNN, da Televisa? Se isso vai se realizar, tampouco sabemos.

A grande incógnita é o Peru, porque o candidato que se coloca como nacionalista, Ollanta Humana, é uma criação dos militares... Em dois sentidos: primeiro, porque é um comandante, e se ele se tornar presidente do país, a quem se deve responsabilizar é sobretudo o Exército, já que ele foi expulso dessa instituição por duas vezes, mesmo deixando claro que pretendia

continuar seguindo apenas sua carreira militar. E não o fizeram por temor à moralização dentro do Exército. A responsabilidade de ter Humala como um forte candidato à presidência da República corresponde à corrupção do Exército peruano, que não permitiu que um homem honrado e sensato permanecesse em suas fileiras. E, ao fazê-lo, lhe abrem as portas políticas, e ele aparece aí e se converte numa espécie de esperança nacional. Um homem que não se sabe até onde pode ir, que formação tem, mas que descobre que pode ser uma figura política, um personagem mais importante que a pessoa, e reproduz o caso de Alberto Fujimori [presidente do Peru entre 1990 e 2000], o caso de Toledo, e começa a buscar gente, a encontrar um partido que o apóie e o sustente e isso já se sabe no que vai dar.

Agora, se esse nacionalismo de Humala pode juntar suas forças à Bolívia, Venezuela, Brasil e Argentina é uma dúvida muito grande. Tenho razões suficientes para pensar que Humala é, repito, uma criação do Exército, demonstrando claramente isso ao não se pronunciar acerca dos crimes cometidos pelo Exército. E ele, como comandante do Exército, fiel a sua Arma e a sua instituição, perdoará e deixará impunes todos os crimes perpetrados pelas Forças Armadas no Peru. Ora, quando a direita lamenta figuras como essa, não se dá conta que é ela mesma a inventora desses tipos, na medida em que exclui, marginaliza, discrimina e converte em vítimas às pessoas pelo racismo que existe no Peru e, depois, se desespera que esse país produza tais candidatos. Por isso é preciso devolver à direita peruana um argumento muito simples: a regra democrática é que ganha as eleições o candidato que consegue metade dos votos mais um e temos que ser absolutamente honrados para dizer: *“Bom, não estou de acordo com o candidato vencedor, mas, se ganhou, que governe”*. Mas essa vontade e esse princípio democrático a direita peruana não os tem.